

# União fará devolução dos créditos de dívidas dos municípios

Igo Estrela / FNP



Na primeira reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF), deste ano, a presidente Dilma Rousseff pediu apoio dos prefeitos para a reinstauração da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF), aos vetos da Lei de repatriação de recursos e prometeu que o governo federal fará devolução aos municípios de créditos da dívida repactuada [Pág. 3](#)

André Oliveira / FNP



## FNP propõe alternativa para o barateamento das tarifas do transporte

Durante audiência pública sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2007, que trata da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), a FNP apresentou alternativa municipal para promover o subsídio cruzado das tarifas de transporte coletivo. [Pág. 4](#)

## 69ª Reunião Geral será no RJ, nos dias 23 e 24

Prefeitos de todo o país já confirmaram presença na 69ª Reunião Geral da FNP, que será nos dias 23 e 24 de março, no Rio de Janeiro. Na pauta do encontro estão a partilha da CPMF, o fechamento de contas do ano, o combate ao *Aedes aegypti* e as oportunidades das Olimpíadas para os municípios. [Pág. 6](#)

## Prefeitos pedem celeridade na votação da PEC dos Precatórios



André Oliveira / FNP

Em reunião com dirigentes da FNP, o senador e relator da PEC dos Precatórios, Antonio Anastasia, prometeu celeridade na votação da proposta que está na CCJ aguardando parecer. [Pág. 4](#)

## Senado aprova PEC que condiciona despesa com indicação de receita

A aprovação da PEC, em segundo turno, configura mais uma vitória para o municipalismo brasileiro, pois condiciona a imposição de novas despesas entre os entes federados, à indicação das respectivas fontes de receitas. [Pág. 12](#)



69ª Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

## INSCREVA-SE!

Rio de Janeiro - 23 e 24 de Março

www.fnp.org.br

# EDITORIAL

## Debate necessário



69ª Reunião Geral  
Frente Nacional de Prefeitos  
Rio de Janeiro - 23 e 24 de março

Diante do cenário de crise econômica e política que o Brasil atravessa, torna-se ainda mais importante que prefeitos e prefeitas debatam e proponham encaminhamentos para enfrentar as questões federativas. Na agenda de governantes locais de todo o país estão os temas muito importantes que serão debatidos na 69ª Reunião Geral da FNP.

O fechamento de contas do ano, para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), um dos assuntos que mais afligem no último ano de mandato, é ainda mais preocupante nesse período de crise brasileira e mundial. Outro ponto fundamental é a insuficiência de recursos do Orçamento Geral da União de 2016 para a saúde, evidenciando a necessidade de alternativas como a reinstauração da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para enfrentar o subfinanciamento da área.

Na mobilidade urbana, a qualificação e o barateamento das tarifas do transporte público são agendas permanentes nos municípios. Para isso, a FNP trabalha em uma proposta de subsídio cruzado. A partir da instituição de uma Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal, por meio de alterações na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2007, os municípios e o Distrito Federal poderiam instituir uma contribuição sobre os combustíveis, autorizada previamente pelos legislativos municipais, para o custeio da tarifa de transporte público coletivo de caráter urbano.

Outros assuntos como combate ao Aedes aegypti e o impacto da microcefalia para a saúde pública, além das oportunidades das Olimpíadas para os municípios brasileiros estarão na agenda e nas visitas técnicas.

Participe, contribua com propostas e auxilie na construção de cidades melhores para todos.

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). 1º Vice-presidente Nacional: Fernando Haddad (prefeito de São Paulo - SP). 2º Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente de Relações Internacionais: Luciano Rezende (prefeito de Vitória - ES). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Vice-presidente assuntos das Regiões Metropolitanas: Jonas Donizette (prefeito de Campinas - SP). Vice-pres. para assuntos das Cidades Inteligentes: Geraldo Júlio (prefeito de Recife - PE). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). 1º Secretário: Arthur Virgílio (prefeito de Manaus - AM). 2º Secretário ACM Neto (prefeito de Salvador - BA). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Cristiane Rosa, Ingrid Freitas, Lívia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 - CEP: 70340-910 - Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 8/03/2016.

## Campinas aproxima o cidadão dos serviços públicos



Carlos Bassan / Pref. Campinas

Um serviço on-line, voltado ao atendimento de reivindicações da população, foi instituído pela prefeitura de Campinas/SP. Nele o cidadão tem condições de fiscalizar, propor e avaliar melhorias para o serviço público em uma rede social específica. Trata-se do Colab, que foi lançado pelo prefeito, Jonas Doni-

zette, vice-presidente de Regiões Metropolitanas da FNP, em 2015.

Pelo serviço, o cidadão pode se relacionar em tempo real com a prefeitura na web pelo endereço (www.colab.re) e também por meio de aplicativos móveis (smartphones e tablets) gratuitos. “É uma interação com a cidade de Campinas. O aplicativo vai fun-

cionar nas duas pontas: tanto para o cidadão entrar em contato com a prefeitura, quanto para a prefeitura poder se comunicar com o cidadão”, acrescentou o prefeito Donizette sobre a iniciativa.

Criado em 2013 em Recife (PE), o Colab já conquistou o prêmio AppMyCity! de melhor aplicativo urbano do mundo e foi eleito um dos cinco melhores aplicativos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Além de Campinas, outros 69 municípios brasileiros, como Curitiba (PR), Niterói (RJ), Santos (SP), Teresina (PI) e Pelotas (RS), já utilizam a ferramenta ■

Boa prática indicada pelo município

### AGENDA

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
15 a 18 de março	MIPIIM – Evento Internacional do Setor Imobiliário	Cannes (França)	www.mipim.com
16 a 18 de março	XXII Congresso da CIDEU (Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Urbano): O futuro das cidades - Os grandes desafios	San Sebastian (Espanha)	www.cideu.org/sansebastian2016/
23 e 24 de março	69ª Reunião Geral da FNP e lançamento do projeto Rio 2016: Olimpíadas do direito das crianças e adolescentes	Rio de Janeiro/RJ	www.fnp.org.br
29 a 31 de março	6ª edição da Brazil Road Expo	São Paulo/SP	www.brazilroadexpo.com.br
30 de março a 1º de abril	9º Congresso GIFE	São Paulo/SP	www.congressogife.org.br/2016
04 e 05 de abril	Reunião temática preparatória para Habitat III: Espaços públicos	Barcelona (Espanha)	www.habitat3.org/barcelona
07 e 08 de abril	Reunião temática preparatória para Habitat III: Assentamentos informais	Joanesburgo (África do Sul)	www.habitat3.org/johannesburg
11 a 13 de abril	III Encontro Cidades e Universidades AUGM - Mercocidades	Porto Alegre/RS	http://grupomontevideo.org/sitio/agenda/
13 e 14 de abril	II Congresso Brasileiro de Gestão Pública	Brasília/DF	www.fpggestaopublica.com.br/
18 a 20 de abril	Reunião Regional preparatória para Habitat III – América Latina e Caribe	Toluca (México)	www.habitat3.org/toluca
26 a 29 de abril	Marcha dos Vereadores	Brasília/DF	www.uvbrasil.com.br
27 a 29 de abril	Encontro 20-20: Transporte e Planejamento Urbano (Cities Today)	São Paulo/SP	www.cities-today.com
04 a 06 de maio	16ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP)	Matola (Moçambique)	http://oidp2016.co.mz/
19 de maio	CIB Working Group (CGLU)	Istambul (Turquia)	www.cib-uclg.org/
26 a 28 de maio	Bureau Executivo (CGLU)	Kazan (Rússia)	www.uclg.org
31 de maio a 02 de junho	Soluções metropolitanas (ICLEI)	Berlim (Alemanha)	metropolitansolutions.iclei.org

# Presidente Dilma Rousseff garante o ressarcimento de recursos de dívidas aos municípios credores

**D**urante a primeira reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF) de 2016, a presidente Dilma Rousseff afirmou que o governo federal irá ressarcir débitos de entes credores na negociação da dívida dos municípios com a União. A audiência, que contou com a participação de cinco integrantes da FNP e representantes de outras entidades municipalistas, foi realizada no dia 4 de março, em Brasília (DF).

Na ocasião, a presidente pediu apoio dos prefeitos para a reinstalação da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF), com vigência de quatro anos. Os assuntos da liberação dos empréstimos internacionais, da retenção do Imposto de Renda pelos municípios e da repatriação de recursos também estiveram em pauta.

A FNP esteve representada pelos prefeitos de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP; de Porto Alegre (RS), José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais; de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Marinho, Secretário-geral; prefeito de Manaus (AM), Arthur Virgílio, 1º Secretário da FNP; e de Maceió (AL), Rui Palmeira, vice-presidente estadual - Alagoas.

## Dívida dos municípios com a União

Após alterar o decreto de regulamentação da repactuação de dívidas de 180 municípios com a União, confirmando o entendimento da FNP de que os aditamentos realizados sobre a renegociação não configuram novas operações de crédito, o prefeito Marcio Lacerda reivindicou que o governo federal realize o ressarcimento aos cofres dos municípios que apresentam saldo credores após a renegociação de suas dívidas. A presidente Dilma Rousseff afirmou que com a assinatura dos termos aditivos, o governo devolverá os créditos devidos aos municípios que estiverem nesse tipo de situação.

## CPMF

Diante do subfinanciamento da saúde pública no Brasil, a presiden-

te Dilma Rousseff pediu apoio dos prefeitos para a reinstalação da CPMF, pelo período de quatro anos. “A CPMF é a única saída federativa para a crise fiscal do momento”, disse a presidente.

Segundo Lacerda, é necessário um entendimento entre as lideranças políticas das três esferas de governo para que ocorram mudanças estruturais no modelo de financiamento da gestão da saúde pública no país. “Nós precisamos fazer uma conversa menos apaixonada e mais técnica sobre a CPMF”, disse.

De acordo com o cenário, em que a sociedade demanda mais investimento em saúde, a presidente apresentou uma nova proposta da CPMF, com alíquota de 0,38%, sendo 0,20% para a União, 0,09%, para os estados e 0,09%, para os municípios. Nesse caso, ficariam isentas de pagamento contas movimentadas exclusivamente por meio de cartões e cujo valor do saldo não exceda R\$ 3 mil. A alíquota zero também se aplica aos débitos em poupança, depósito judicial e depósito consignado; pagamento de salários transferido para o mesmo beneficiário; transferência de dívida para outra instituição do mesmo beneficiário; saques de FGTS, PIS/PASEP e seguro desemprego; e movimentação de Entidades Beneficentes de Assistência Social. Por esse critério, a distribuição da arrecadação líquida para os municípios seria de R\$ 14,5 bilhões.

Na reunião foram aventadas duas formas de partilha da CPMF entre os municípios. Na primeira, pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que não é consenso por ser identificada como um critério não indicado para a partilha de recursos vinculados para a execução de política pública específica. Segundo a análise da FNP, partilhar recursos para a saúde por esse critério, ou para outras políticas públicas, geraria distorções por não refletir a efetiva demanda.

Na segunda opção, 50% dos recursos seriam divididos por cada município proporcionalmente aos valores aplicados em saúde acima do mínimo exigido pela Constituição Federal (15% das receitas vinculadas), e 50% seriam divididos



CPMF foi pauta da primeira reunião do CAF de 2016

proporcionalmente a população total de cada município. Em 2014 o conjunto dos municípios aplicou R\$ 23,3 bilhões a mais em saúde do que o mínimo exigido constitucionalmente. Assim, ao partilhar metade do valor da CPMF por essa metodologia, a cada R\$ 1 investido acima dos 15%, cada município receberia R\$ 0,31 de CPMF para investir exclusivamente em saúde.

## Empréstimos internacionais

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, afirmou que o governo federal deve identificar projetos de estados e municípios para a liberação dos empréstimos internacionais. Os prefeitos da FNP manifestaram inconformidade com a declaração, pois precisam desses recursos para custear importantes obras de infraestrutura.

Oliveira afirmou que o governo federal tem capacidade de aval de R\$ 10 bilhões para contemplar as solicitações de estados e municípios por empréstimos internacionais. “Quando for definido como o montante será dividido para estados e municípios, será possível escolher os projetos que serão beneficiados com esses recursos”, disse.

Segundo o prefeito de Manaus (AM), Arthur Virgílio, 1º Secretário da FNP, os empréstimos internacionais são “um grande desafio para prefeitos e governadores que estiverem qualificados para recebê-los”.

## Retenção do Imposto de Renda

Sobre esse assunto, o prefeito

Marcio Lacerda defendeu o retorno do procedimento de retenção vigente até a edição da Solução de Consulta, em que os municípios tinham o direito de apropriação da fonte retida, a qual era incorporada ao patrimônio do município. “No modelo anterior à Solução de Consulta da Receita os municípios realizavam a retenção de todas as prestações de serviços e fornecimento de bens, e não só da folha de pagamento dos funcionários. Isso representará um prejuízo muito grande para os municípios em ano já marcado por tantas dificuldades”, explicou.

A Solução de Consulta 166/2015, que dá nova interpretação à retenção do imposto, impede a retenção incidente sobre pagamentos a pessoas jurídicas, nas hipóteses de contratos de fornecimento de bens e ou serviços devendo esses valores serem repassados para a União. O município fica autorizado a reter e incorporar à receita municipal apenas os valores incidentes sobre rendimentos do trabalho que pagarem a seus servidores e empregados.

Em nota técnica sobre o assunto, a Abrasf defende que a titularidade dos municípios sobre os rendimentos pagos por ele a qualquer título, ratificando o texto da Constituição Federal sobre o tema.

## Repatriação de recursos

A presidente Dilma Rousseff falou sobre a Lei da Repatriação, sancionada por ela com vetos, em janeiro deste ano, que prevê a repatriação de recursos mantidos por brasileiros no exterior e não decla-

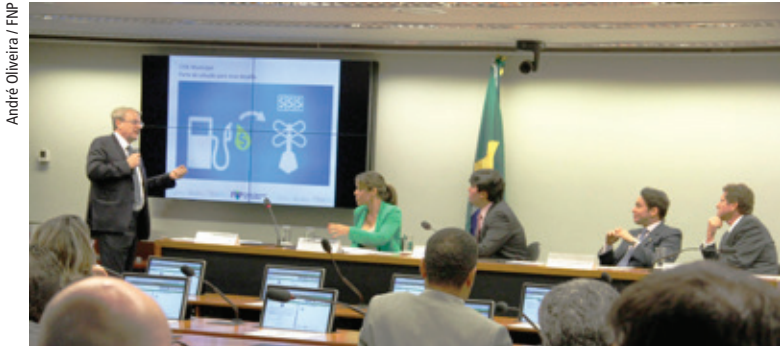
rado à Receita Federal. Segundo ela, a lei é uma das prioridades do Executivo para tentar equilibrar as finanças públicas e que envolve o pagamento de imposto e multa para regularizar os recursos advindos do exterior.

Um dos vetos excluiu a hipótese de o dinheiro arrecadado com a multa, decorrente da repatriação dos bens, ser destinado aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e de Participação dos Municípios (FPM). Na justificativa para o veto, a presidente escreveu que, em razão de características jurídicas da multa, a destinação do valor “não poderia ser necessariamente a mesma conferida à arrecadação do imposto de renda”.

Na ocasião, Lacerda destacou a necessidade de medidas que ofereçam uma leitura do federalismo fiscal a médio e longo prazo. “Especialmente em ano de tamanhas dificuldades, todo recurso seria muito bem-vindo. No entanto, a instituição de um fundo para financiar a transição para implementar o fim da guerra fiscal terá efeitos duradouros a médio e longo prazo, além de ser eficiente para atrair mais investidores para o país”, finalizou.

O entendimento é de que, com a Reforma Tributária, e o fim da guerra fiscal, os municípios sejam beneficiados por pelo menos dois motivos: a participação direta nas transferências de 25% da arrecadação do ICMS, e na melhoria do ambiente de negócio no país ■

# FNP propõe alternativa para o barateamento das tarifas do transporte coletivo



Subsídio cruzado pode ser alternativa de barateamento das tarifas

**D**urante audiência pública na Câmara dos Deputados, realizada no dia 1º de março, a FNP propôs a instituição de uma Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal, por meio de alterações na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2007. Pela proposta, a partir de uma aprovação do Congresso Nacional, municípios e o Distrito Federal poderiam instituir uma contribuição sobre os combustíveis, autorizada previamente pelos legislativos municipais, para o custeio da tarifa de transporte público coletivo urbano, intermunicipal, interestadual e

internacional de caráter urbano.

Participaram da audiência, promovida pela Comissão para discutir destinação de recursos da Cide (PEC 159/07), o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP; secretário de Transportes de São Paulo (SP), Jilmar Tatto, representando o prefeito Fernando Haddad, 1º vice-presidente; e a prefeita de Cardinal da Silva (BA), Maria Quitéria Mendes de Jesus, representando a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Segundo o prefeito Marcio Lacerda, o transporte público no país

enfrenta um problema estrutural de financiamento. “Temos, paradoxalmente, uma tendência de barateamento do custo do transporte individual. Isso vem provocando um aumento explosivo da frota de automóveis e motocicletas, pois boa parte das pessoas abandona o transporte coletivo e optam pelo individual, que se tornou mais competitivo”, explicou, detalhando a proposta de subsídio cruzado.

## Cide Municipal

Pela proposta da FNP, a Cide Municipal sobre os combustíveis subsidiaria parte do custo das tarifas de transporte coletivo. A iniciativa seria de autonomia aos municípios e Distrito Federal, por meio de legislação própria.

O secretário de Transportes de São Paulo (SP), Jilmar Tatto, deixou claro que a Cide Municipal não é a criação de um novo imposto, mas sim uma substituição. “Este ano, ou no começo do ano que vem, os prefeitos vão ter que aumentar as passagens de ônibus

ou vão ter que colocar o subsídio. É um serviço essencial, que não pode parar”, disse explicando como o aumento no combustível impactaria no decréscimo das tarifas.

Segundo dados da Faculdade Getúlio Vargas (FGV), um acréscimo de R\$ 0,10 no preço da gaso-

lina/álcool reduziria cerca de R\$ 0,30 no valor da tarifa. “Essa é a primeira proposta que traz algo que pode realmente mudar esse modelo que temos no transporte”, falou o deputado Mário Negromonte Junior, relator da Comissão para discutir destinação de recursos da Cide (PEC 159/07) ■

## Fórum de secretários de mobilidade

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Mobilidade Urbana enviou, no dia 23 de fevereiro, uma carta em favor da criação da Cide Municipal, por meio de alterações na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 179/2007. O documento foi enviado ao deputado André Fufuca, presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a matéria.

Segundo o Fórum, além de alternativas como a alteração na Lei do Vale-Transporte, a desoneração dos impostos incidentes na cadeia produtiva do transporte e a criação de gratuidades seletivas aos estudantes, é de grande relevância a criação da Cide Municipal.

O entendimento do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Mobilidade Urbana é que a CIDE Municipal servirá como uma espécie de subsídio cruzado.

Mais informações no site da FNP [www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br)

# Anastasia apoia rapidez na tramitação da PEC dos Precatórios

**D**irigentes da FNP participaram, no dia 1º de março, de audiência com o senador Antonio Anastasia (MG) para tratar da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 159/2015 (PEC dos Precatórios). O encontro, que ocorreu no Senado Federal, teve o objetivo de buscar celeridade na tramitação da PEC já aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados e que tramita na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os prefeitos de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP e do Guarujá (SP), Maria Antonieta de Brito, vice-presidente de Finanças Públicas, apresentaram ao senador relator da PEC, Senador Anastasia, pedido para que a matéria seja aprovada o mais breve possível no Senado. A possibilidade dos sequestros de valores sobre as contas municipais preocupa os prefeitos.

Na ocasião, a prefeita destacou

a importância da aprovação para os municípios brasileiros. “O projeto levou mais de três anos para ser consensuado entre municípios, Estados e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que pudesse ir a voto. Na Câmara foi muito rápida a votação, estamos na grande expectativa, em nome dos prefeitos brasileiros, aguardando um posicionamento favorável à aprovação desse projeto também no Senado Federal”, afirmou Maria Antonieta.

O senador solicitou parecer técnico sobre o texto. Para ele, o tema é complexo e por isso há necessidade de um parecer. “Mas de minha parte estou de acordo, colabore no mesmo sentido e serei um soldado dos prefeitos nessa linha”, afirmou Anastasia. De acordo com o senador, após o recebimento do relatório, ele fará o pedido de pauta na CCJ.

Maria Antonieta explicou, ainda, sobre o impacto da aprovação da PEC para os municípios. “Estamos passando por uma situação extre-

mamente delicada. Hoje, uma parte dos municípios consegue quitar suas dívidas de precatórios até 2020. Mas uma pequena parcela, que concentra mais de 80% das dívidas de precatórios, não consegue fechar nesse curto espaço de tempo o pagamento. E hoje, como está sendo feito sem uma regra clara, eles estão dividindo o montante da dívida pelo número de anos que faltam. Então há municípios que têm de 3% até 35% das suas receitas comprometidas. Isso impacta diretamente na vida dos cidadãos”.

No mesmo dia, a prefeita visitou os gabinetes dos senadores José Serra (SP), Valdir Raupp (SC) e José Maranhão (PB) com a mesma proposta de celeridade para o pleito. “Houve bastante receptividade nesses gabinetes e dialogamos bastante. Há um interesse grande de apoio aos municípios”, disse.

A audiência com o senador Antônio Anastasia também teve a participação do secretário de Finan-



Lacerda e Maria Antonieta participaram da reunião com Senador

ças de Santo André (SP), Antônio Carlos Granado, do procurador do município de Porto Alegre (RS), Roberto Silva da Rocha e do secretário executivo da FNP, Gilberto Perre.

## Articulação institucional

A FNP encaminhou ofício nº 3359/2015, ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, em 16 de dezembro de 2015, logo após a aprovação da PEC na Câmara dos Deputados, em segundo turno. No documento, a entidade pede celeridade na aprovação da matéria no Senado Federal. O ofício

foi pensado à matéria no dia 25 de fevereiro, após encaminhamento do presidente do Senado Federal. No mesmo dia, o senador Antônio Anastasia foi designado relator da matéria na CCJ.

No dia 29 de janeiro, a FNP promoveu, em São Paulo/SP, uma reunião com secretários de finanças de diversos municípios para tratar do pagamento dos precatórios, da necessidade de alinhamento político e da elaboração de um plano de ação entre os municípios devedores.

Mais informações no site da FNP [www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br) ■

## Municípios do g100 concorrem em categoria inédita no Prêmio Prefeito Empreendedor

O grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica – g100 -, surpreendeu em número de inscritos no Prêmio Prefeito Empreendedor 2015/2016. São 32 municípios que concorrerão na categoria g100 instituída nessa edição do Prêmio. A iniciativa é fruto da parceria entre a FNP e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), coordenadora e idealizadora do prêmio.

A instituição da nova categoria é uma conquista dos prefeitos e prefeitas do g100 e reconhecimento do Sebrae sobre a importância de incentivar a adoção de políticas públicas de desenvolvimento econômico, principalmente nos municípios mais vulneráveis.

Os municípios inscritos na categoria g100 são: Guanambi, Ilhéus, Salvador, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista (Bahia); Abaetetuba, Bragança, Santarém, Breves (Pará);

Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu (Rio de Janeiro); Carapicuíba, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Itaquaquecetuba (São Paulo); Jabotão dos Guararapes, Caruaru, Garanhuns (Pernambuco); Colombo, Guarapuava, Piraquara (Paraná); Barra do Corda, Santa Inês (Maranhão); Cariacica (Espírito Santo); Sabará (Minas Gerais); Cáceres (Mato Grosso); Jí-Paraná (Rondônia); Viamão (Rio Grande do Sul); Nossa Senhora do Socorro (Sergipe) e Maranguape (Ceará).

Outras informações do prêmio estão disponíveis no site [www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br](http://www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br).

### O prêmio

Com o objetivo de reconhecer, valorizar e divulgar ações empreendedoras que servem de exemplo e estímulo ao surgimento de novos negócios, o Prêmio Prefeito Empreendedor abrange também outras categorias. São elas: Melhor Projeto; Implementação e Institucionaliza-

ção da Lei Geral; Compras Governamentais de Pequenos Negócios; Desburocratização e Formalização; Pequenos Negócios no Campo; Inovação e Sustentabilidade; e Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária (outra nova categoria implementada nesta edição). Considerado um dos mais importantes do país, essa edição do prêmio foi lançada no III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), realizado pela FNP com apoio do Sebrae, em abril de 2015 ■

## Cidades Sustentáveis 2016 está com inscrições abertas

Já estão abertas as inscrições para o Prêmio Cidades Sustentáveis 2016. O prazo para o preenchimento dos dados pelos municípios para concorrer vai até 30 de abril. Esta é a segunda edição do prêmio e foi lançada na Conferência Internacional Cidades Sustentáveis, realizada durante o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, em abril de 2015.

O prêmio visa reconhecer políticas públicas inovadoras

bem-sucedidas de cidades brasileiras, que já demonstrem resultados concretos e tenham como base os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis (PCS).

Nesta edição, o prêmio deverá contemplar temas como educação, segurança, saúde, mobilidade urbana, esporte, criança, entre outros.

Outras informações estão disponíveis no site [www.cidadesustentaveis.org.br/premio](http://www.cidadesustentaveis.org.br/premio) ■

## Anamma promove seminário sobre licenciamento ambiental

Representantes de mais de 20 cidades participaram, dia 22 de fevereiro, em Campinas (SP), do 2º Seminário: O Futuro do Licenciamento Ambiental no Brasil. O evento foi realizado pela Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma).

O encontro resultou em diretrizes prioritárias, como a definição de atividades de impacto ambiental

local por grupos e respectivas modalidades. A necessidade de fortalecer o papel dos municípios como entes subsidiadores do licenciamento ambiental, com o resgate do exame técnico (aspectos ambientais) e certidão do uso do solo (aspectos urbanísticos, contemplando não apenas o uso do solo, mas também o plano diretor) também foi destacada como uma prioridade.

NEOVECH®

# Biovech

## ACABE COM A DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA EM SUA CIDADE

### MATA LARVAS BIOLÓGICO

Biovech é o único larvicida biológico e natural que mata as larvas do mosquito *Aedes aegypti*. Inofensivo a pessoas, animais e plantas.

Fácil de usar, basta aplicar BIOVECH nas áreas de foco. Pode ser utilizado pela comunidade e pelos agentes de saúde.

Uma alternativa revolucionária no combate a dengue. Sua cidade protegida.



PRODUTO EXCLUSIVO

APROVADO PELA ANVISA



PARA SABER MAIS ACESSE: [WWW.NEOVECH.COM.BR](http://WWW.NEOVECH.COM.BR) • FONE: (51) 3352-6864

# Temas conjunturais e estruturantes serão debatidos na 69ª Reunião Geral

Subfinanciamento da saúde, combate ao *Aedes aegypti*, fechamento de contas dos mandatos que se encerram este ano e alternativas para o barateamento das tarifas do transporte coletivo urbano são os principais assuntos das discussões promovidas pela FNP



**69ª Reunião Geral**  
**Frente Nacional de Prefeitos**  
Rio de Janeiro - 23 e 24 de março

Para debater os assuntos que estão na agenda dos prefeitos e prefeitas, a FNP promove a 69ª Reunião Geral. O evento, que está com as inscrições abertas em [www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br), será realizado nos dias 23 e 24 de março, na Associação Comercial do Rio de Janeiro (RJ), cidade-sede das Olimpíadas e Paralimpíadas 2016. Além das mesas de debate, a programação contempla o lançamento do projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente”, a Plenária de Prefeitos e visitas técnicas.

No dia 23 (quarta-feira), o destaque é o lançamento do projeto Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da

Criança e do Adolescente, uma parceria da FNP com a União Europeia, que tem o objetivo de sensibilizar e alertar a sociedade para a proteção global dos direitos da criança e do adolescente durante grandes eventos. O projeto trata especificamente de cinco principais violações de direitos, que são frequentes em megaeventos: trabalho infantil; uso de álcool e outras drogas; violência sexual; crianças desaparecidas; e crianças em situação de rua.

Além da apresentação da iniciativa, o primeiro dia de evento marcará também o lançamento da 11ª edição da Multi Cidades - Finanças dos Municípios Brasileiros

e a abordagem de temas, em duas mesas de debate: “As Olimpíadas e os Municípios” e “Oportunidades para os municípios que receberão a Tocha Olímpica”.

Seguindo a programação, no dia 24 (quinta-feira) será realizada a Plenária Deliberativa de Prefeitos, que terá início com a apresentação dos dados do anuário Multi Cidades. Na sequência, a pauta da plenária será composta por debates de temas conjunturais e estruturantes para o federalismo brasileiro. Entre eles está o subfinanciamento da saúde pública no Brasil.

Prefeitos apontam que os recursos disponíveis no Orçamento Geral da União para o investimento em saúde não são suficientes para suprir a demanda da população. Diante disso, surge como uma alternativa a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), destinada exclusivamente à saúde pública. A contribuição e suas formas de partilha entre União, estados e municípios, serão debatidas

na plenária de prefeitos.

Também estará em pauta estratégias para o financiamento do sistema de transporte coletivo urbano. A FNP vem acompanhando e propondo alternativas no tema, em busca de novas opções para o financiamento do sistema de transporte coletivo urbano e forma de barateamento da tarifa. Durante o encontro de prefeitos serão debatidas possibilidades como a instituição do subsídio cruzado, com a cobrança de uma contribuição municipal sobre a venda a varejo de combustíveis líquidos derivados do petróleo, gás natural e álcool que seria revertida exclusivamente para custear parte da tarifa. Essa proposta foi apresentada durante Audiência Pública, realizada no dia 1º de março, na Câmara dos Deputados.

O fechamento das contas municipais em 2016 também está na programação da Plenária de Prefeitos. Essa pauta também inclui debate sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os princípios da boa ges-

tão. O último tópico da Plenária de Prefeitos será a discussão por novas alternativas para combater o *Aedes aegypti* e os reflexos da epidemia de microcefalia para a saúde pública.

## Eleição da Coordenação Política do IV EMDS

Na ocasião, também será eleita a Coordenação Política do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), que será realizada em abril de 2017, em Brasília/DF.

## Visitas Técnicas

Para motivar o compartilhamento de experiências em políticas públicas e ações bem sucedidas, a FNP também vai promover visitas técnicas durante a 69ª Reunião Geral. O Projeto Porto Maravilha e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) estão na lista dos programas que serão apresentados, no dia 23 de março. Para o dia 25 de março, as visitas técnicas ainda serão definidas.

Mais informações em [www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br) ■

## Programação

### Dia 23/03 - quarta-feira

#### 9h às 11h

Visita Técnica (opcional) - Projeto Porto Maravilha e VLT  
Local: saída do Auditório da Cdurp - Rua Sacadura Cabral, 135 - Saúde

O trecho da visita será feito a pé, até o Museu do Amanhã, localizado dentro do Complexo Porto Maravilha

#### 11h às 12h

Lançamento do projeto: Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Parceria da FNP com a União Europeia  
Local: Auditório do Museu do Amanhã - Praça Mauá, 1 - Centro

#### 12h30 às 14h30

Almoço de lançamento do Anuário Multi Cidades - finanças dos municípios brasileiros - Ano XI  
Local: Associação Comercial do Rio de Janeiro - Rua da Candelária, nº 9 - Centro  
Sala de eventos - 14º andar

#### 14h30

Mesa 1 (auditório) - As Olimpíadas e os municípios brasileiros  
Local: Auditório do Subsolo da Associação Comercial do Rio de Janeiro - Rua da Candelária, nº 9 - Centro

#### 16h

Mesa 2 (auditório) - Oportunidades para os municípios que receberão a Tocha Olímpica  
Local: Auditório do Subsolo da Associação Comercial do Rio de Janeiro - Rua da Candelária, nº 9 - Centro

### Dia 24/03 - quinta-feira

Plenária Deliberativa de Prefeitos (mesa em U)  
Local: Associação Comercial do Rio de Janeiro - Rua da Candelária, nº 9 - Centro  
Sala de eventos - 14º andar

#### 9h às 9h30

Apresentação do Anuário Multi Cidades - finanças dos municípios brasileiros - Ano XI

#### 9h30 às 11h

O subfinanciamento da saúde pública

#### 11h às 12h30

Estratégias para o financiamento do sistema de transporte coletivo urbano e barateamento da tarifa

#### 13h30 às 15h

O fechamento das contas de 2016: o cumprimento da LRF em contexto de crise econômica

#### 15h às 16h

Novas alternativas para combater o *Aedes aegypti* e os reflexos da epidemia de microcefalia para a saúde pública

#### 16h às 17h

Eleição da Coordenação Política do IV EMDS  
Informes das vice-presidências temáticas

### Dia 25/03 - sexta-feira - Visita Técnica

#### 9h às 11h

Local: Vila Olímpica  
Ponto de partida a definir

### Reunião Paralela - Dia 23/03 - quarta-feira\*

#### 9h às 17h30

Reunião do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico

#### 9h às 17h00

Reunião da Rede de Cidades Inteligentes e Humanas

### Reunião Paralela - Dia 24/03 - quinta-feira\*

#### 9h às 17h

Apresentação do “Projeto Chama Empreendedora” - (ACRio).

\*Salas de trabalho, localizadas no subsolo da Associação Comercial do Rio de Janeiro - Rua da Candelária, nº 9 - Centro

## Abrasf realiza primeira assembleia de 2016

Abrasf divulgação



Gestores de finanças debateram cumprimento da LRF

Secretários de Finanças e Fazenda e técnicos das capitais do país participaram, dias 3 e 4 de março, da 1ª Assembleia Geral Ordinária de 2016 da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf). O evento, realizado em Florianópolis (SC), marcou a posse do secretário municipal de Finanças de Fortaleza (CE), Jurandir Gurgel, como novo presidente da entidade. Gurgel substituiu o secretário Municipal da Fazenda do Rio de Janeiro (RJ), Marco Aurélio Santos Cardoso.

Entre os debates promovidos o destaque foi para temas como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), crise econômica, distribuição dos recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e mudanças no Simples Nacional.

O prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior, vice-presidente estadual da FNP, participou do encontro. “É um prazer receber um encontro de tamanha importância em nossa cidade. Para nós que representamos os municípios capitais, é fundamental discutir

a realidade e os efeitos da crise que enfrentamos. Embora não seja tarefa fácil, o momento é de ter esperança e enfrentar com sabedoria”, declarou.

O secretário executivo da FNP, Gilberto Perre, também participou da assembleia e debateu com os associados o cumprimento da LRF no contexto da atual crise econômica que o Brasil enfrenta e a repartição da CPMF entre os municípios.

A programação da Assembleia contou ainda com apresentações de experiências municipais exitosas. Na ocasião, o secretário municipal da Fazenda e anfitrião, Edson Caporal, e o secretário municipal da Saúde, Carlos Daniel Moutinho Junior, compartilharam cases de sucesso da capital catarinense na área da saúde. A 2ª Assembleia Geral Ordinária da Abrasf deste ano será realizada em Curitiba (PR), na primeira quinzena de junho.

Mais informações no site da FNP [www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br) ■

## Fechamento de contas esteve na pauta do FONAC

O prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, participou dia 18 de fevereiro da abertura do 66º Fórum Nacional de Secretarias Municipais de Administração das Capitais (FONAC). O evento foi realizado na capital mineira e reuniu gestores de todo o país.

No encontro, Lacerda falou da importância dos fóruns no auxílio aos prefeitos frente às demandas municipalistas e ressaltou o trabalho conjunto da FNP com os grupos. “A quebra de paradigmas e a criatividade são importantes para descobrirmos novas soluções, além da cooperação, que é extremamente relevante, principalmente no ambiente público. O Fonac, portanto, é fundamental nesse processo. A FNP sabe da importância

de fóruns como este”, declarou Marcio Lacerda.

A aprovação em segundo turno, no Senado, dia 17 de fevereiro, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 128/2015, que impede a União de criar despesas para estados e municípios sem fonte de receita ou previsão de repasses financeiros por parte do governo federal, também foi destacada pelo prefeito.

No segundo dia de evento, a “Avaliação da situação financeira e orçamentária - Encerramento de mandato”, com análise de indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi o tema destaque na programação. O assunto também será debatido na 69ª Reunião Geral da FNP.

Mais informações no site da FNP [www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br) ■

**Bloomberg Philanthropies**

**2016 MAYORS CHALLENGE**  
AMÉRICA LATINA E CARIBE

**CADASTRE-SE**

**CONCORRER**  
a milhões de dólares

**RECEBER**  
orientações de especialistas colegas

**ACESSAR**  
uma rede global de inovações

**DESCOBRIR**  
novas maneiras de engajar os cidadãos

**SER**  
reconhecidas mundialmente

**SUA CIDADE CONHECE O MAYORS CHALLENGE 2016?**  
Municípios com mais de 100 mil habitantes terão a oportunidade de receber fundos flexíveis para implementar uma nova ideia que poderá melhorar a vida na sua cidade. Um prêmio de US\$ 5 milhões e quatro prêmios de US\$ 1 milhão.  
**CADASTRE-SE ATÉ O DIA 15 DE MARÇO.**  
[MAYORSCHALLENGE.BLOOMBERG.ORG](http://MAYORSCHALLENGE.BLOOMBERG.ORG)

# Enfrentamento das mudanças climáticas é tema de jornada, do Iclei, em Fortaleza

Iclei divulgação



Os debates aprofundaram as discussões sobre o papel das cidades nas mudanças climáticas

A II Jornada sobre Cidades e Mudanças Climáticas, foi realizada em Fortaleza (CE), de 23 a 25 de fevereiro. O evento, que reuniu gestores muni-

cipais, pesquisadores e entidades nacionais e internacionais, foi promovido pelo Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI) para aprofundar as discussões sobre o papel

das cidades no enfrentamento das mudanças climáticas, a partir das decisões do Acordo de Paris, firmado na 21ª Conferência das Partes da Convenção da Organização das

Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21).

O prefeito de Belo Horizonte (MG) Marcio Lacerda, presidente da FNP participou do encontro. Na ocasião, ele destacou que há soluções que as cidades podem desenvolver de forma independente, mas é importante haver um alinhamento com políticas nacionais mais amplas. “As questões sobre saneamento, áreas verdes, resíduos sólidos e transporte são parte de um conjunto muito grande de ações que podem ser tomadas localmente e que não dependem de políticas nacionais. Há esse espaço de criatividade e de mobilização local, mas é importante a coordenação nacional de uma série de políticas”, disse.

De acordo com o secretário-executivo do Observatório do Clima,

Carlos Rittl, que também participou das discussões, o engajamento dos governos locais foi acontecendo paulatinamente nos últimos cinco, dez anos. “Começamos a ver algumas prefeituras tomando à frente em ações, fazendo inventários de emissões de gases [de efeito estufa] e começando a discutir o que pode ser feito para assegurar que a qualidade de vida da população não seja tão impactada pela intensificação dos desastres naturais”, declarou.

Além dos debates, a Jornada promoveu também o compartilhamento de experiências por meio da abordagem de boas práticas, iniciativas e ferramentas regionais disponíveis para as cidades brasileiras.

Saiba mais no site da FNP [www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br) ■

## Municípios conveniados com a Receita Federal arrecadam 26% a mais com ITR

Em 2015, municípios conveniados com a Receita Federal arrecadaram 26% a mais com o Imposto Territorial Rural (ITR), em relação a 2014. A informação foi divulgada no dia 24 de fevereiro, durante a primeira reunião do Comitê Gestor do ITR (CGITR), no ministério da Fazenda, em Brasília (DF). O prefeito de Uruguaiana (RS), Luiz Augusto Fuhrmann Schneider, participou da audiência, representando a FNP, com integrantes de outras entidades municipalistas e autoridades do governo federal.

De acordo com dados apresentados na reunião, em 2015, 113

novos municípios se credenciaram a Receita Federal, somando cerca de 2,7 mil conveniados, que arrecadaram quase R\$ 1 bilhão. Em 2014, os cadastrados recolheram R\$ 764 milhões.

No entanto, entre os municípios não conveniados, que arrecadam 50% do ITR, os valores caíram em 2,7%, saindo de R\$ 88 milhões para R\$ 36 milhões. Atualmente, o estado de São Paulo lidera o número de municípios não conveniados, que correspondem a 40% da arrecadação do ITR.

Os municípios que ainda não se conveniaram a Receita Federal, garantindo integralidade na ar-

recadação do ITR, devem acessar o Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) no site da Receita.

### Nova categoria

O secretário de Fazenda de Cáceres (MS), Junior Cezar Dias Trindade, pediu apoio da Receita Federal para a inclusão de uma nova categoria para terrenos alagadiços. Segundo Trindade, seria uma forma de aplicar um valor mais justo a Terra Nua e prevenir os municípios de ações litigiosas por parte do contribuinte.

Outras informações estão disponíveis no site [www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br) ■

## 50 anos do PNUD

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) celebrou, no dia 24 de fevereiro, na Casa da ONU, em Brasília (DF), os 50 anos de atuação no mundo. A cerimônia reuniu representantes do governo, de organismos internacionais, do setor privado e da sociedade civil. A FNP esteve representada pelo coordenador de Relações Internacionais, Paulo Oliveira.

O Pnud é parceiro da FNP que, junto com a Caixa Econômica Federal, desenvolve o projeto do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF). O Observatório tem a missão de promover análise e reflexão sobre a agenda e os desafios do consórcio público disseminando informações e conhecimento. Dessa forma, gera e disponibiliza um banco de dados sobre a primeira geração de consórcios públicos no Brasil e as experiências internacionais correlatas.

Outras informações estão disponíveis no site [www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br)



**10 CEUs  
EM GUARULHOS**

**SÃO  
MIGUEL**

CEU Guarulhos  
PARQUE SÃO MIGUEL

# GUARULHOS CRESCENDO JUNTO COM VOCÊ

CEU GUARULHOS, É SEU, É NOSSO, É DE TODA A FAMÍLIA.

Como parte fundamental da rede municipal de ensino, com seus mais de 116 mil alunos, 10 CEUs foram entregues à população e mais 4 estão em construção.

Desde 2009, os CEUs recebem toda a população em seus espaços com salas de aula, piscinas adulto e infantil, ginásios, telecentros, bibliotecas, playground para os pequenos e mais de 50 cursos entre artes, música, teatro, dança e atividades esportivas para todos os gostos e idades.

- Mais de 60 mil m<sup>2</sup> de área;
- Mais de 40 mil pessoas frequentam os CEUs semanalmente;
- Mais de 23 mil alunos inscritos nos cursos;
- Todas as atividades e cursos totalmente gratuitos.

Os CEUs garantem aprendizado, desenvolvimento, lazer e bons momentos para quem os frequenta.

É Guarulhos crescendo junto com você.

Anairis Souza Santos  
Moradora do bairro do Pimentas



Cidade de Guarulhos

**PREFEITURA  
DE GUARULHOS**

Saiba mais: [www.guarulhos.sp.gov.br](http://www.guarulhos.sp.gov.br)

# Municípios se mobilizam no combate ao *Aedes aegypti*

Fábio Motta / Estadão



No Rio de Janeiro, a presidente participou do mutirão ao lado do governador e do prefeito

Diversas cidades do país se mobilizaram, no dia 13 de fevereiro, em um mutirão de combate ao *Aedes aegypti*, mosquito transmissor de doenças como Dengue, Zika e Chikungunya. Este é o primeiro ciclo de ações promovido pelo governo federal, em parceria com os governos estaduais e prefeituras em 2016 e teve como objetivo combater os focos do mosquito e conscientizar a população sobre a prevenção.

Por todo o país, prefeitos foram às ruas trabalhar junto com os técnicos e agentes de saúde. A presidente da República, Dilma Rousseff, ministros de estado e militares também auxiliaram no mutirão. No Rio de Janeiro (RJ), por exemplo, Dilma acompanhou os trabalhos ao lado do prefeito Eduardo Paes, vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional da FNP e o governador do estado, Luiz Fernando Pezão.

Segundo o Ministério da Saúde, a primeira fase da mobilização nacional para o combate ao mosquito *Aedes aegypti* alcançou 88,8% dos domicílios e prédios públicos, comerciais e industriais brasileiros. As equipes para identificação de focos e orientação da população sobre medidas de proteção ao vetor foram a 59,6 milhões de estabelecimentos, entre os primeiros dias de janeiro e 29 de fevereiro. Do total de imóveis visitados, 48,2 milhões foram efetivamente vistoriados e 11,3 milhões estavam fechados ou houve recusa para o acesso. O segundo ciclo da mobilização começou em primeiro de março.

Nesse primeiro ciclo, as visitas contaram com a presença diária de cerca de 266 mil agentes comunitários de saúde e 46 mil agentes de controle de endemias, e com o apoio de militares. Houve ainda a realização de ações es-

peciais, como a participação de 220 mil militares em 13 de fevereiro, e de 55 mil militares de 15 a 18 de fevereiro, além do Dia de Mobilização Nacional da Educação Zika Zero, realizada em 19 de fevereiro, nas escolas de todo o país.

## Medida Provisória

A presidente editou, no dia 1º de fevereiro, Medida Provisória 712/2016 determinando ações de combate ao mosquito. Entre as medidas, está o ingresso de agentes de saúde em imóveis públicos e particulares fechados ou abandonados para a eliminação de focos de reprodução do *Aedes*.

No dia 8 de dezembro, em reu-

## Frente Parlamentar da Dengue

Proposta pelos deputados Odorico Monteiro (CE) e Antônio Brito (BA), foi lançada, no dia 2 de março, a Frente Parlamentar da Dengue e Incorporação Tecnológica no Enfrentamento das Arboviroses. A Frente obteve a adesão de 222 parlamentares e tem o objetivo de somar esforços no combate ao mosquito e de discutir soluções para os graves problemas de saúde pública associados ao *Aedes*.

“O objetivo é fortalecer a inovação científica e tecnológica na área de arboviroses para garantir a incorporação tecnológica de métodos e técnicas eficazes de pro-



Em São Paulo, o prefeito Fernando Haddad foi às ruas com o secretariado

William Volkov / Estadão

nião convocada com governadores e prefeitos no Palácio do Planalto, o presidente da FNP, Marcio Lacerda, sugeriu essa condição especial de entrada em imóveis como essencial para o combate ao mosquito. “Essa é uma questão jurídica complicada, que requer uma pacificação jurídica a nível nacional”, disse o prefeito durante reunião com a presidente Dilma Rousseff.

teção e combate ao mosquito, a exemplo, do desenvolvimento de vacinas e demais inovações que permitam diminuir o foco de infestação do *Aedes* no país”, afirma Monteiro.

Representantes de órgãos governamentais, laboratórios, institutos de pesquisa, conselhos e entidades municipais e estaduais participaram da solenidade ■

Vander Brás / Min. Fazenda



Em Belo Horizonte, o prefeito Marcio Lacerda recebeu o ministro da Fazenda Nelson Barbosa

## FNP ingressa em processo para defender a abertura de novos cursos de medicina

Com o objetivo de contribuir nas discussões, a FNP ingressou, dia 2 de março, como *Amicus curiae* no processo que trata de representação contra o edital do Ministério da Educação (MEC) para abertura de novos cursos de Medicina. O pedido para participação da entidade na ação foi apresentado à ministra do Tribunal de Contas da União (TCU), Ana Arraes, no dia 1º.

Na audiência com o presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, a ministra

Ana Arraes, relatora do processo, destacou a representatividade da entidade no caso. “A FNP tem legitimidade e vai poder contribuir no debate como *Amicus curiae*”, destacou a ministra, reconhecendo o papel da entidade no contexto da criação do programa Mais Médicos para o Brasil.

O programa do governo federal teve a colaboração da FNP que identificou a carência de médicos e conduziu uma campanha de coleta de assinaturas em defesa da saúde

pública, pedindo mais profissionais de medicina nos municípios. “A campanha ‘Cadê o Médico?’ colheu mais de quatro mil assinaturas e foi importante para a criação do programa”, lembrou o presidente da FNP durante a reunião.

Com a decisão, a entidade municipalista passa a ter o direito de apresentar ao Tribunal as suas considerações em relação à ação. O objetivo é atuar pela abertura, o mais rapidamente possível, de 2.290 novas vagas em 11 estados.

## Articulação

No dia 23 de fevereiro, uma delegação de prefeitos esteve em Brasília (DF) para audiências sobre o tema. A comitiva de prefeitos foi recebida no TCU pelos ministros Walton Alencar, Vital do Rego e Ana Arraes, pelos chefes de gabinete dos ministros Augusto Nardes e Augusto Sherman e por assessores do ministro Bruno Dantas. No mesmo dia, prefeitos e prefeitas se reuniram com o secretário-executivo do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa,

e com o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marco Antonio de Oliveira.

## *Amicus curiae*

Trata-se de alguém que, mesmo sem ser parte, em razão de sua representatividade, pode intervir em processo relevante com o objetivo de apresentar ao Tribunal a sua opinião sobre o debate que está sendo travado.

Mais informações no portal de notícias da FNP [www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br) ■

PROGRAMA  
**LEITE**  
EM CASA



# GUARULHOS CRESCENDO JUNTO COM VOCE

NOSSAS CRIANÇAS APRENDENDO MAIS E MELHOR.

Crescer com saúde faz muito bem para a educação e essas são as marcas do Programa Leite em Casa que, desde 2013, investe na entrega do leite para crianças das escolas municipais de Guarulhos.

- Mais de 110 mil alunos beneficiados;
  - Mais de 1.300 toneladas de leite distribuídas todos os anos;
  - Economia de mais de R\$ 500,00 por ano para cada família.
- Mais saúde e qualidade de vida para as crianças e suas famílias.

É Guarulhos crescendo junto com você.

Anairis Souza Santos  
Moradora do bairro  
do Pimentas



Cidade de Guarulhos



Saiba mais: [www.guarulhos.sp.gov.br](http://www.guarulhos.sp.gov.br)

# Senado aprova em segundo turno PEC que proíbe imposição de despesa sem identificar fonte de receita

VITÓRIA da FNP

Senado divulgação



Por unanimidade, o Senado aprovou, no dia 17 de fevereiro, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 128/2015, que impede a União de criar despesas para estados

e municípios sem fonte de receita ou previsão de repasses financeiros por parte do governo federal. A proposta volta agora para novo exame da Câmara dos Deputados, por ter sido emendada.

A aprovação da PEC configura mais uma vitória para o municipalismo brasileiro, uma vez que condiciona a entrada em vigor de novas despesas aprovadas pelo Congresso Nacional à indicação

das respectivas fontes de receitas. De autoria do deputado Mendonça Filho, a PEC 128/2015 tem a mesma finalidade da PEC 84/2015, aprovada em agosto de 2015 pelo Senado e que espera análise da Câmara dos Deputados.

Conforme declaração do presidente do Senado, Renan Calheiros, a PEC é a “nova Lei de Responsabilidade Fiscal”. “Nós assumimos com os líderes o compromisso de que concluiríamos a votação da matéria, para que tenhamos rapidamente no Brasil essa regra que, como todos sabem, é uma nova Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirmou.

A matéria foi aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 2 de setembro, com 379 votos a favor e 47 contra. “Essa é uma das maiores preocupações no dia a dia dos municípios, principalmente agora no momento de restrições de receitas. Os municípios não têm mais condições, já estão com

seu custeio no limite”, destacou o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda.

## Pacto Federativo

A aprovação da PEC 172/2012 foi um dos 19 itens de carta apresentada pela diretoria da FNP aos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no dia 17 de junho de 2015. O documento, entre outros temas, ressalta a necessidade de revisão e aprimoramento do pacto federativo.

Na oportunidade, o prefeito de Porto Alegre (RS) e vice-presidente de Relações Institucionais, da FNP, José Fortunati, defendeu a celeridade na votação da PEC. “É necessário respeitar a capacidade de absorção dos municípios e sua limitação na geração de recursos”, explicou o prefeito.

Mais informações em [www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br) ■

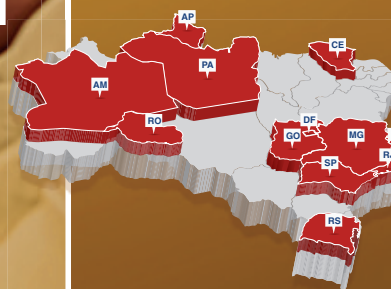


35 ANOS

UMA HISTÓRIA PARA CONTAR, MUITAS HISTÓRIAS PARA VIVER.

perceptivo

A Direcional está fazendo 35 anos. Em cada dia dessa história, buscou transformar vidas. Hoje, mais de 120 mil sonhos de brasileiros viraram realidade, em 12 estados e 26 cidades. A Direcional se tornou uma referência. Uma empresa sólida que evolui a cada dia e que se reinventa o tempo todo, sempre respeitando a natureza e o ser humano. Que consegue construir em grande escala, em todos os segmentos, sem perder a capacidade de se emocionar com o sorriso de felicidade estampado no rosto de cada família que conquistou um lar.



**DIRECIONAL**  
[www.direcional.com.br](http://www.direcional.com.br)